

OPINIÃO ECONÔMICA

Luz com aroma de cana

JOSÉ ANÍBAL

SE ENERGIA elétrica exalasse aromas, aproximadamente 25 cidades do interior de São Paulo estariam recendendo ao doce perfume da cana-de-açúcar. Elas se incluem em um grande programa de implantação e ampliação de 35 termelétricas, movidas a bagaço de cana-de-açúcar, que um grupo português está desenvolvendo, com um investimento de R\$ 350 milhões e uma perspectiva de geração, ao fim de três anos, de 300 megawatts —energia equivalente à produzida por uma turbina da hidrelétrica de Porto Primavera e suficiente para abastecer uma cidade do porte de Sorocaba (470 mil habitantes). Em suma, a queima predatória da cana, cuja consequência mais visível tem sido a poluição e a sujeira nas cidades próximas às usinas, pode ser substituída pela queima industrial, cujo resultado será a ampliação da capacidade de geração de energia, ora à beira do limite.

O programa, que acaba de ser sacramentado mediante assinatura de termo de compromisso entre a Cesp e um grupo português, é uma resposta do governo Mário Covas à necessidade urgente de novas fontes de energia, um insumo cada vez mais escasso, em decorrência da saturação das hidrelétricas. E resposta rápida, como exige este momento de retomada do crescimento, pois, já ao cabo dos próximos nove meses, as primeiras cinco termelétricas movidas a bagaço de cana estarão gerando cem megawatts. Trata-se de um caso exemplar de parceria entre Estado e iniciativa privada, na qual a participação do governo se dá não como provedor de recursos nem como operador, mas, dentro de suas atribuições ante a comunidade, como propiciador de condições para o desenvolvimento da atividade econômica.

Essa parceria mostra a prontidão da atual administração paulista para detectar oportunidades e estimular investimentos no Estado. Ela começou a nascer cerca de seis meses atrás, quando fomos procurados pela portuguesa Companhia Geral de Distribuição Elétrica (CGDE), associada à também portuguesa HLC, com sede na Irlanda e presente em vários países como operadora de modernas tecnologias na produção de energia, preservação de meio ambiente e outros setores de



atividade.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o grupo vem explorando a geração de energia pela queima de casca de arroz e resíduos de madeira. Em São Paulo, incorporaram-se ao projeto, do lado da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Instituto de Energia Eletrotécnica da USP, somando os "inputs" de potencial energético do bagaço de cana ao acervo de conhecimento de especialistas internacionais em geração de energia a partir de biomassa.

Com a intermediação do governo do Estado, foram identificadas e contatadas as usinas de açúcar e álcool com potencial de adesão ao projeto, após estudos de mercado e elaboração de planos de financiamento pelo próprio grupo português. À CGDE coube definir a

viabilidade econômica de cada unidade e ao governo, apontar as áreas prioritárias para o desenvolvimento harmônico do Estado e, além disso, garantir comprador para a energia gerada, no caso a Cesp, que estará pagando 20% abaixo do teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, graças ao baixo custo da produção por queima de biomassa.

Toda essa engenharia tecnológica, econômica e política permitiu que, sem nenhum tipo de incentivo fiscal ou outros favorecimentos, a empresa fizesse contratos com usinas de 25 municípios, entre os quais Araçatuba (sede da maior geradora, com 40 megawatts), Ribeirão Preto, Catanduva, Pitangueiras, Orlândia, Olímpia, Américo Brasiliense e Lençóis Paulista. Ao final de 15 anos de operação, as termelétricas tor-

nam-se propriedade das usinas em que estiverem instaladas.

A operação aqui descrita é emblemática daquilo que entendemos como desenvolvimento sustentável. Ele é sustentável não pela concessão pontual e esporádica de favores fiscais, mas pela ação do poder público, criando bases sólidas de infra-estrutura para atrair investimentos, pelo empreendimento privado, que garante o aporte de capitais, pelo estímulo à aplicação de tecnologias, que transformam em novas riquezas resíduos e subprodutos da atividade industrial, e pelo zelo na preservação do meio ambiente.

José Aníbal, 52, é secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo e deputado federal licenciado pelo PSDB-SP.

Excepcionalmente, hoje, deixamos de publicar a coluna de João Sayad